

SEMINÁRIO DIREITO PRIVADO E TECNOLOGIA

RESUMO EXPANDIDO

Título

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS MÍDIAS DIGITAIS

*Autoria***Antônio Valentim Borelli Junior**

Inserir Graduando em Direito pela Atitus Educação. Membro do grupo de pesquisa IAJUS: Direito e Inteligência Artificial. Membro do grupo de pesquisa Criminologia, Violência e Controle. Integrante do Conselho Fiscal do Diretório Central de Estudantes (DCE) - Atitus Educação, Bolsista de Iniciação Científica e Iniciação PIC/ATITUS.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4436350854481739>

E-mail: antonioborelli4@gmail.com

Grupo de trabalho

GT 1 – Direito Privado e Tecnologia

Contextualização

Antes de discorrer sobre o tema, é importante traçar algumas considerações sobre a “liberdade de expressão” a qual é um dos pilares para a democracia, bem como para o Estado de Direito. Assim, garantindo a cada cidadão/indivíduo o direito de manifestar suas ideias, crenças, sentimentos e opiniões, sem ocorrer retaliações do Estado, facilitando o debate público, a crítica e elogio e a promoção de uma sociedade plural.

Ademais, não encontramos direito à liberdade de expressão somente na Constituição Federal-88, como direito fundamental, em seu art. 5º, incisos IV, V, IX e XIV, mas também, nos deparamos com previsão no art. 19 da Declaração de Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Facto que foi conferida ampla proteção à liberdade de pensamento ao reconhecê-la como direito fundamental e cláusula pétrea, assim, não podendo ser suprimida ou que seja violado seu núcleo essencial.

Contudo, com o aumento da desinformação nas redes sociais, o Supremo Tribunal Federal tem um papel central para poder definir os controles jurídicos entre o exercício legítimo deste direito fundamental, denominado “liberdade de expressão” dentro das mídias/plataformas digitais, sem que ocorram abusos desse direito, como a propagação de desinformação “Fake News” a qual compromete o debate público qualificado, distorce a realidade, bem como o processo democrático, podendo ser usado de exemplo neste contexto as eleições e decisões políticas, situação que pode gerar danos concretos à honra, à saúde pública e à segurança da sociedade.

Assim, se faz necessário entender quais os critérios para diferenciar manifestações protegidas constitucionalmente de conteúdos que devem ser reprimidos por representarem ameaças ao Estado Democrático ou a honra de terceiro, sem que isso seja considerado censura.

Nesse sentido, o STF tem desempenhado um papel fundamental ao estabelecer limites ao alcance da liberdade de expressão nas redes sociais e demais meios digitais, em decisões como a do RE 1.075.412, Inquérito 4.781 (das Fake News) e na ADP 130, havendo o entendimento de que a liberdade de expressão não pode ser usada como escudo para práticas ilícitas, sendo legítima a responsabilização posterior por manifestação abusiva.

Diante do exposto, é extremamente importante entender os parâmetros estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, para compreender até onde vai a liberdade de expressão, facto que saber o que é permitido e, o que ultrapassa os limites legais contribui para um ambiente digital mais respeitoso, seguro e baseado no diálogo, sem abdicar da crítica e do livre pensamento, mas com consciência das consequências de suas atitudes.

Problema

Qual os critérios adotados pelo Supremo tribunal Federal para distinguir a liberdade de expressão da propagação de desinformação nas mídias digitais?

Objetivo geral

1. Investigar a evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre a liberdade de expressão e sua aplicação no contexto digital.
2. Examinar decisões específicas do Supremo Tribunal Federal relacionadas à desinformação e às redes sociais.
3. Identificar os fundamentos utilizado pelo Supremo Tribunal Federal para justificar a limitação da liberdade de expressão.

Metodologia

A presente pesquisa será desenvolvida através da metodologia indutiva, buscando compreender os limites jurídicos e sociais da liberdade de expressão nas mídias digitais. Com objetivo de levantar conceitos, delimitações e interpretar dados e normativas que tratam do tema.

Diante disso, será realizada revisão bibliográfica e documental, analisando obras doutrinárias sobre liberdade de expressão, direito a informação e regulação da internet, artigos científicos sendo analisado casos que geraram debates sobre a liberdade de expressão, com destaque para decisões judiciais as mídias digitais.

Uso de ferramentas de IA

Foi utilizado o **Chat GPT** (versão gratuita) para a realização de **correção ortográfica**, o resultado utilizei para comparar com meu texto e realizar ortográfica.

Relevância / Originalidade

A liberdade de expressão é um dos pilares para o estado democrático de direito, entretanto, não possui caráter absoluto. Quando falamos desse direito no ambiente digital, onde a disseminação de informação e ideias ocorre em larga escala e de forma instantânea, essa liberdade deve ser equilibrada com outros direitos fundamentais, podendo ser utilizada neste momento, como a honra, dignidade da pessoa humana e a proteção contra discursos de ódio, além da propagação de desinformação.

Assim, entender os parâmetros estabelecidos pelo STF também permite compreender como se dá a ponderação entre a liberdade de expressão e outros direitos igualmente protegidos, além de promover reflexões sobre os limites éticos e jurídicos dos discursos realizados no espaço digital.

Desenvolvimento estruturado

A pesquisa está em estágio inicial, no desenvolvimento da estrutura do trabalho à intenção de abordar os seguintes tópicos / seção

Liberdade de expressão e seus limites constitucionais: Trazer uma contextualização da liberdade de expressão

Desinformação nas redes sociais: Analisar decisões que envolvem desinformação e redes sociais, com um destaque para o inquérito das fake News, observando os argumentos jurídicos utilizados, bem como análise de casos correlatos.

Atuação do STF no ambiente digital referente a liberdade de expressão:

Evolução da jurisprudência do STF sobre liberdade de expressão, analisando as fundamentações que consideram tanto a proteção quanto as restrições impostas.

Fundamentos constitucionais para a limitação da liberdade de expressão:

Analisar decisões do STF com o objetivo de identificar os fundamentos constitucionais utilizados para justificar a imposição de limites a liberdade de expressão

Conclusão:

Entender como o STF tem decidido.

Resultados esperados

Se espera entender quais são os princípios constitucionais utilizados pelo STF para justificar restrições à liberdade de expressão dentro do ambiente digital.

Contribuições

Contribuições não foram ainda estimadas.

Levantamento bibliográfico

-

Referências

-



UNI7
EXCELÊNCIA QUE TRANSFORMA O SEU FUTURO

